

# Editorial

O presente número de *Dignitas-Revista Internacional do Instituto Brasileiro de Direito e Religião* (IBDR) vem dar continuidade à missão, inaugurada em seu primeiro volume, de promover discussões e produzir conhecimentos no mais alto nível, em diversas áreas de pesquisa se encontram em diálogo com as disciplinas do Direito e da Teologia.

Os temas abordados demonstram a profunda ligação com as bases filosóficas do Direito – incluindo a ênfase no Direito Natural – e com as teologias de diversas denominações cristãs, ao mesmo tempo que tocam em questões práticas, e em alguns casos urgentes, da atualidade no Brasil e no mundo.

Assim, o primeiro artigo, de autoria de André Gonçalves Fernandes, trata do tema da laicidade no contexto filosófico e político atual, mobilizando as grandes referências filosóficas de John Rawls e Jürgen Habermas para promover uma defesa da participação das igrejas na esfera pública. Tendo em vista as diversas manifestações observadas na atualidade – em nome de uma visão muito específica e restrita do “Estado laico” – de limitação da voz e da autoridade própria da religião nas sociedades, a contribuição é muito bem-vinda.

A referida interpretação do Estado Laico é o objeto do artigo de Lucas Oliveira Vianna, que problematiza a dita neutralidade do secularismo público com base nas teorias de John Finnis e Herman Dooyeweerd.

Por fim, trazendo a discussão do Estado laico a um caso concreto, Augusto César Rocha Ventura, Eumar Evangelista de Menezes Júnior e Hosanny Batista Curado analisam a Ação Direta de Inconstitucionalidade 2566 de 2018, concernente ao proselitismo religioso em rádios comunitárias.

Deslocando a reflexão para o campo do Direito Canônico, Silvana Neckel apresenta uma discussão detalhada e informativa da questão do sigilo sacramental e do sigilo pontifício na Igreja Católica, tendo este último tipo sido abolido, em alguns casos, pela Instrução Sobre a Confidencialidade das Causas em 2019 promulgada pelo Papa Francisco. As questões de direito

eclesiástico, por sua vez, são relacionadas ao segredo profissional no ordenamento estatal brasileiro.

O último artigo regular deste número, de autoria de Beatriz Cunha Duarte, promove uma iluminadora discussão de outro tema em que as normas religiosas por vezes conflitam com códigos normativos de outros âmbitos sociais, como a ética médica e o direito civil, analisando assim um caso de “colisão entre direitos fundamentais”: a postura religiosa da denominação Testemunhas de Jeová diante do procedimento médico da transfusão de sangue.

Além da seção de resenhas, este número de *Dignitas* traz ainda uma tradução de um relato detalhado de uma importante decisão da Suprema Corte norte-americana, a respeito da permissibilidade do uso da *ayahuasca* em cerimônias religiosas da União do Vegetal, que será de interesse para pesquisadores do Direito Religioso comparado e da própria filosofia do Direito no tocante a crenças e práticas religiosas que porventura levem a conflitos com normas gerais do ordenamento jurídico.

Finalmente, inauguramos a seção de Documentos de *Dignitas*, reproduzindo um documento por meio do qual o IBDR procurou contribuir para a resolução de questão fundamental das relações entre Estado e religião no contexto da pandemia de Covid-19: o Pleito de *Amicus Curiae* enviado ao Supremo Tribunal Federal no tocante à ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 811 de 2021, sobre a proibição de cultos religiosos no estado de São Paulo.

A satisfação de oferecer este volume, de um periódico que ainda dá os primeiros passos, aos leitores interessados na academia e fora dela vai acompanhada da gratidão pela colaboração dos autores dos interessantes artigos e pelos avaliadores que gentilmente trabalharam para garantir a qualidade da publicação.

São Paulo, 31 de julho de 2021.

*Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro Santos*